



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

MELISSA FERREIRA PORTES¹

RESUMO

Este trabalho busca apresentar os resultados parciais da pesquisa realizada no estágio pós-doutoral em um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, buscando evidenciar os rebatimentos das condições de trabalho dos/as supervisores/as de estágio na supervisão dessas atividades. Serão apresentados os resultados da revisão de literatura através da seleção de artigos publicados nas revistas brasileiras da área específica do Serviço Social com estratos qualis A1 a A4.

Palavras-chave: Supervisão de Estágio; Precarização; Condições de Trabalho.

ABSTRACT

Here's the translation of your text into English: This work aims to present the partial results of the research conducted during a postdoctoral internship in a Graduate Program in Social Work at the Federal University of Santa Catarina, focusing on highlighting the impacts of the working conditions of internship supervisors on the supervision of these activities. The results of the literature review will be presented through the selection of articles published in Brazilian journals in the specific field of Social Work, classified from strata A1 to A4.

Keywords: Internship Supervision; Precarization; Working Conditions

1. Introdução

Este trabalho busca apresentar os resultados parciais da pesquisa realizada no estágio pós-doutoral em um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, que pretendeu conhecer as condições objetivas de trabalho dos/as

¹ Universidade Estadual de Londrina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

supervisores/as acadêmicos/as das IES públicas estaduais do Paraná, evidenciando os rebatimentos dessas condições, no exercício da supervisão acadêmica de estágio e na organização do estágio supervisionado.

O percurso metodológico construído para a realização da pesquisa foi norteado por dois procedimentos metodológicos: revisão de literatura e pesquisa envolvendo os sujeitos. Neste texto, serão apresentados os resultados do primeiro procedimento metodológico, que fez uso da revisão de literatura. Como fonte da pesquisa, definiu-se a seleção de artigos publicados nas revistas brasileiras da área específica do Serviço Social com estratos *qualis* A1 a A4. A produção teórica levantada compreendeu o período de janeiro de 2020 a abril de 2024. Os descritores utilizados na pesquisa, em uma primeira aproximação foram: estágio supervisionado e supervisão de estágio. Em seguida, nos artigos localizados, usaram-se os descritores: condições de trabalho e precarização do trabalho, buscando estabelecer uma relação entre esses e os primeiros descritores. Neste texto, serão apresentados os resultados relativos à precarização de trabalho e seus rebatimentos no processo de supervisão de estágio.

O levantamento dos periódicos ocorreu por meio de pesquisa na Plataforma Sucupira, visando identificar as revistas brasileiras específicas da área do Serviço Social. De um total de 17 (dezessete) periódicos, foram localizadas produções em 08 (oito) deles. Nessas revistas, foram localizados um total de 35 (trinta e cinco) artigos no período referenciado com os descritores estágio supervisionado e supervisão de estágio. As revistas foram: Argumentum (A1), Revista em Pauta (A1), Textos e Contextos (A1), Serviço Social em Revista (A2), Revista Temporalis (A2), Revista Libertas (A3), Serviço Social em Perspectiva (A3) e Caderno Humanidade e Perspectiva (A4). Cabe destacar que a revista com o maior número de artigos foi a revista Serviço Social em Perspectiva com *qualis* A3, sendo um total de 22 (vinte e dois) artigos. No ano de 2020, foram publicados dois volumes sobre a temática estágio supervisionado e, em 2022, uma edição especial. Em seguida, a revista Caderno Humanidade e Perspectiva, *qualis* A4, com 06 (seis) artigos, sendo que essa revista contou com publicações apresentadas em Mostras de Estágio realizadas pela coordenação de estágio do curso de Serviço Social da instituição mantenedora da revista.

Dos trinta e cinco artigos analisados, a relação do estágio e da supervisão com as condições e relações de trabalho está presente em apenas sete deles. Os sete artigos que discutem as condições de trabalho dos/as supervisores/as, o contexto de precarização do trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e os rebatimentos na supervisão decorrem de pesquisas de campo (três artigos); pesquisa bibliográfica (dois), pesquisa bibliográfica e documental (um) e relato de experiência (um). Os artigos foram identificados pela inicial A seguida dos números que expressam a quantidade localizada, isto é, de A1 a A35.

O presente artigo está organizado em dois tópicos: o primeiro versará sobre a discussão acerca das condições de trabalho, a precarização, a flexibilização e a intensificação da exploração da força de trabalho e o segundo problematizará sobre o rebatimento de tais condições no planejamento e na operacionalização da supervisão de estágio.

2. Condições de trabalho: precarização, flexibilização e intensificação da exploração da força de trabalho

O trabalho dos/as assistentes sociais se dá, majoritariamente, no campo das políticas sociais públicas, que têm sido ameaçadas e vêm sofrendo ataques frontais do neoliberalismo, com a implementação das *contrarreformas* do Estado, à luz de um contexto, cada vez mais acirrado e perverso de mudanças no trabalho, de (des)regulamentação dos direitos trabalhistas e de ajustes orçamentários.

É com essa perspectiva que se pretende defender que o mundo do trabalho contemporâneo, na transição do século XX para o século XXI, vivencia uma rede de transformações cuja complexidade só pode ser desvendada a partir de uma perspectiva histórico-dialética. As contradições histórico-sociais do trabalho não permitem conclusões apressadas ou definitivas sobre rupturas e novas formas de trabalho ou de relações sociais, pois, ao lado de novas condições e situações sociais de trabalho, velhas formas e modalidades se reproduzem e se reconfiguram, num claro processo de metamorfose social. (Druck, 2011, p.1)

Desde os anos 70, a expansão imperialista do capital tem forjado um conjunto de estratégias para ampliação e manutenção do capitalismo, trazendo rebatimentos nas condições e relações de trabalho, bem como na reprodução da vida social.

Tais mudanças expressam-se nas relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho, e, na contemporaneidade, consolidam-se cada vez mais em respostas no campo dos direitos, em relação à sua desregulamentação. São respostas dadas pelo processo de reestruturação produtiva do capital, tendo o neoliberalismo como balizador político e econômico nas prescrições estabelecidas para a reprodutibilidade do capitalismo. Uma das respostas adestradas por essa racionalidade são as reformas trabalhistas que têm sido apresentadas e legitimadas no Brasil.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A condição de assalariamento, própria de todo/a trabalhador/a na sociabilidade burguesa, sujeita-os à condições e relações de trabalho precarizadas, culminando no aviltamento da força de trabalho.

Como afirma Gois (2015, p.62),

O vínculo de assalariamento do assistente social se constituirá 'numa das primeiras determinações das condições de realização da intervenção profissional' (GUERRA, 2011, p. 154). Por meio da venda de sua força de trabalho, o assistente social se encontrará vinculado às instituições sociais públicas e privadas, tendo elas como condição essencial para que essa relação de compra e venda da força de trabalho seja materializada. Por meio da prestação dos serviços sociais nessas instituições, o assistente social converte sua força de trabalho em mercadoria, tendo o vínculo entre sua força de trabalho e o capital sem uma relação direta. (idem, p.155). Esse vínculo, na grande maioria das vezes, é mediatizado pelo Estado (GUERRA, 2011, p.156).

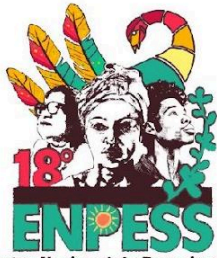
Tais mudanças constituem-se em novas formas de operar o trabalho, mas sem a superação da lógica capitalista, o que afirma a validade analítica dos estudos marxianos em relação à concepção de classe trabalhadora, com destaque para a análise de que a relação entre as classes apresenta-se na extração do mais valor e nos ciclos de reprodução ampliada e global do capital.

O trabalho e sua nova morfologia é uma expressão da reformulação das funções do Estado em uma lógica gerencialista, que ocasiona a precarização das condições de trabalho tanto no serviço privado quanto no público, assim como caminha para o desmonte das políticas sociais, retrocedendo em seu financiamento e em relação à desregulamentação dos direitos do/a trabalhador/a.

A flexibilização das relações de trabalho e a consequente precarização do trabalho não só atingiram o setor produtivo, mas também o setor de serviços, inclusive os serviços públicos realizados por meio do Estado. Em um contexto de reorganização do Estado direcionado para a concepção de um Estado mínimo frente às demandas dos trabalhadores, a tendência verificada em vários países é a redução do número dos servidores públicos e a supressão de instituições governamentais acompanhada aa transferência de responsabilidades estatais para o setor privado. (Lins, 2015, p,103-104)

O Estado burguês omite-se em relação às suas funções, tanto no âmbito do trabalho como no da proteção social dos/as trabalhadores/as e, fundamentado em uma racionalidade da ordem econômica, social e política, própria do metabolismo do capital, interfere, perversamente, nas regulações contratuais e salariais, incidindo nas condições e relações de trabalho.

Pesquisadores/as têm apresentando variáveis para que sejam conhecidas as condições objetivas de trabalho do/a trabalhador/a, como por exemplo: contratos e vínculos de trabalho,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

jornada de trabalho, faixa salarial, condições físicas e técnicas. A identificação e sistematização dessas informações permite qualificar as condições sob as quais o trabalho é realizado. A precarização do trabalho tem sido uma expressão das transformações do capitalismo nos tempos atuais. Druck (2011), em seus estudos, apresenta indicadores sociais da precarização do trabalho no Brasil e afirma que o trabalho precarizado “ é um novo e um velho fenômeno, porque é diferente e igual, porque é passado e presente e porque é um fenômeno de caráter macro e microssocial (2011, p. 35).

Mas, afinal, o que pode ser entendido por precarização?

Para Franco e Druck (2007) o trabalho é precário quando apresenta-se como inseguro, instável, incerto, frágil, desprotegido, parcial, temporal, sazonal e impotente diante do capitalismo com pouco ou quase nada capacidade de resistência.

Para Alves,

A base objetiva da precarização do trabalho se caracteriza pela intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; e pela fragmentação social nas cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego em massa. (Alves, 2009,p. 189)

Corroborando com essas posições, Pialarissi (2017) adverte que a precarização do trabalho caracteriza-se

(...) pela falta de regulamentação e à perda de direitos trabalhistas e sociais, através do incentivo à legalização dos trabalhos temporários e da informalização do trabalho. Um fator importante na busca de uma visão totalizante é a categorização da precariedade do trabalho decorrente da ruptura de vínculos empregatícios ou de sua descentralização, incluindo a intensificação de outras condições de trabalho que prejudicam o desempenho do trabalhador, a exemplo da intensificação da jornada de trabalho, a redução salarial, a desproteção, a desregulamentação, os empregos terceirizados e a descontinuidade do trabalho (2017, p.03).

Kallenberg (2009) refere-se ao trabalho precarizado como imprevisível, uma vez que os riscos empregatícios são assumidos, majoritariamente, pelo/a trabalhador/a e não pelos seus empregadores ou pelo governo.

O setor de serviços também é impactado pelas novas formas de exploração do/a trabalhador/a, com o aumento do trabalho precário e informal. Standing (2020), em suas pesquisas, analisa que o setor público está repleto de trabalhadores/as com rendas baixas e/ou



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

defasadas, apresentando condições de insegurança, com destaque para a forma de contratação que as instituições vêm empregando, calcadas na flexibilização, como é a situação da terceirização, que vem tomado de assalto os espaços estatais, seja na esfera um municipal, estadual e federal. Se o setor público antes expressava estabilidade, garantia de renda e benefícios sociais, na atual conjuntura, vem ocorrendo a potencialização da precarização, o que não é novidade, mas tem assumido formas cada vez mais perversas, incidindo diretamente nas condições de vida e de trabalho.

Uma das formas e estratégias de potencialização da precarização no setor público tem sido a contratação de estagiários/as (com bolsas) para reporem quadros humanos, devido à ausência de concursos públicos para reposição de servidores/as públicos/as. Contratação (de estagiários/as) não garante, posteriormente, emprego direto e inserção no mercado de trabalho; ao contrário, é um meio de obter-se uma reposição barata, provisória e descartável de mão-de-obra. Essa tendência colabora, inclusive, para destituir o estágio do seu potencial educativo.

Tal situação carrega consigo a reprodução da lógica que faz subordinar o caráter pedagógico--crítico do estágio supervisionado aos interesses imediatistas tanto dos serviços sociais públicos de má qualidade, quanto do capital. A substituição de profissionais por estagiários, as relações clientelistas entre instituições de ensino e campos de estágio para que sejam garantidos os espaços para a sua realização, as condições precárias de trabalho dos supervisores (acadêmico e de campo), a concepção de estágio como mera prestação de serviços, a dominância do caráter técnico em detrimento da necessária articulação desse caráter com as dimensões teórico-metodológica e ético-política nas práticas de estágio, o estágio como estratégia de sobrevivência de estudantes e como possibilidade de permanência na academia, entre outros tantos problemas, revelam como o tema atravessa a realidade da formação profissional em Serviço Social (mas não só) e precisa permanecer na pauta de lutas da categoria (HILLESHEIM, 2016, p. 164).

Os/as assistentes sociais são requisitados, em grande parte pelo Estado, para elaborar, implementar e avaliar as políticas sociais, por meio da gestão dos serviços, benefícios e programas sociais. Como afirmam Manfroi e Santos (2015), a política social é uma das mediações para que a precarização do trabalho seja entendida, pois a sua relação com o fundo público demarca suas determinações no trabalho dos/as assistentes sociais.

Os trechos selecionados na produção de conhecimento levantada apresentam e reforçam o que tem sido problematizado sobre as condições objetivas de trabalho e a precarização.

A precarização das condições de trabalho afeta diretamente os trabalhadores e profissionais do Serviço Social, [...] sendo inevitável o rebatimento no estágio supervisionado, tanto no âmbito acadêmico, quanto nos campos de estágio e também para os estudantes. [...] a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

precarização das condições de trabalho dos supervisores de campo afeta diretamente na qualidade do estágio e na formação dos discentes, pois há falta de profissionais nos setores. (A05)

Nessa direção, conforme destacamos anteriormente, partimos do pressuposto de que as condições para a realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional, das condições concretas da política social no País, e nesse sentido, das condições sob as quais a formação profissional se realiza. (A09)

Sob esse entendimento, é totalmente incompatível o estágio supervisionado ocorrer em campo improvisado, sem requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos e recursos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial, que garanta a reflexão, a sistematização com base em planos de estágio. São espaços que expõem as precárias condições de trabalho dos supervisores, in/tensificadas pelos processos de terceirização, de subcontratação, de vínculos trabalhistas precários, sem estabilidade, onde há valorização de relatórios de produtividade. Para além do não reconhecimento de suas ações e da complexidade das expressões da questão social que aprofundam e agravam no seu cotidiano. (A20)

O trabalho dos/as assistentes sociais não fica imune aos ditames das mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva. Identificam-se, hoje, no serviço público, o setor que mais emprega a categoria, profissionais exercendo sua profissão no mesmo campo sócio ocupacional, com modalidades de contratação diferenciadas. São profissionais fazendo o mesmo trabalho com jornadas e salários diferentes.

A exigência de cumprimento de metas e a renda atrelada à produtividade é uma realidade concreta para muitos/as assistentes sociais, como a situação vivenciada pelos/as assistentes sociais no INSS, por exemplo. A busca pelos resultados imediatos acrescida do fenômeno da *plataformização* do trabalho, torna-se uma imagem da precarização e incide nas condições físicas e mentais dos/as profissionais. A natureza do trabalho dos/as assistentes sociais e a particularidade do cotidiano profissional intensifica a precarização uma vez que os/as mesmos/as, ao depararem-se com as situações complexas que apresentam-se nos espaços institucionais, ficam expostos ao sofrimento, à dor, ao desalento, à impotência, ao desfinanciamento das políticas sociais e ao acirramento das expressões da questão social.

Em pesquisas realizadas sobre as condições objetivas de trabalho dos/assistentes sociais no Brasil, a precarização é desvelada e apresenta-nos um quadro temeroso. Corrêa e Reidel em pesquisa intitulada “Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos/as” já identificaram

(...) Assistentes Sociais com vínculo de trabalho intermitente, temporário e terceirizado, representando, mesmo que com uma pequena porcentagem, uma tendência para a profissão. Nesse sentido, enfatizamos que a pandemia abre ainda maior precedente à precarização das condições e relações de trabalho. Inferimos que a associação de vínculos precários cada vez mais destituídos de garantias de proteção, aliados à realização do teletrabalho, tendem a intensificar ainda mais a precarização das condições e relações de trabalho, com salários cada vez mais

reduzidos e custos mais elevados aos(as) trabalhadores(as), repercutindo, dentre outros, na Saúde mental e física dos(as) trabalhadores(as).(2021,p.150)

Manfroi (2021), no relatório da pesquisa “As condições de trabalho dos (as) assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais”, em parceria com o CRESS/SC, identificaram as condições de trabalho dos/as supervisores/as de campo e acadêmicos/as de estágio em Serviço Social no estado catarinense, revelando a tendência da terceirização e de contratos temporários vinculados ao tempo de duração do financiamento e do período de um projeto.

Nos sete artigos localizados na revisão de literatura que discutem as condições de trabalho e a precarização, dois deles resultam de pesquisas realizadas com assistentes sociais.

Em um artigo de autoria de Lopes e Lewgoy (2021), fruto da elaboração de uma dissertação, deu-se visibilidade às tendências e aos desafios das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos no processo da supervisão na Região Sul, abrangendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As reconfigurações do mundo do trabalho interferem no modo de contratação dos assistentes sociais supervisores nas instituições, tendo em vista a terceirização. Expressa pela rotatividade de profissionais, essa situação implica na fragilização da relação construída entre supervisores e estagiário, acarretando a descontinuidade das supervisões (...) Somam-se a isso a ameaça e a experiência do desemprego temporário, que afetam diretamente a sobrevivência material e social do assistente social, que depende do trabalho para obtenção de meios de vida, como qualquer trabalhador assalariado. (A05, p. 150)

Os resultados da pesquisa acima referida, também apresentam o processo de desmonte de algumas garantias legais até então legítimas para os/as trabalhadores/as, a terceirização e a fragilização dos vínculos de trabalho dos/as profissionais.

A outra produção trata-se de um artigo produzido por Silva e Pontes (2022), a qual versa sobre a relação entre o processo de estágio e as condições de trabalho de supervisores/as de campo, em diferentes instituições e modalidades de ensino em Belém do Pará. Tal estudo decorre de uma dissertação de mestrado intitulada “O estágio supervisionado na formação profissional de assistentes sociais em Belém (PA): estudo da interferência das transformações do mundo do trabalho”.

Em relação aos resultados da pesquisa, merece destaque essa síntese:

(...) a dinâmica de flexibilização/precarização atinge sobremaneira o trabalho do(a) assistente social, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais em que se

processa, ocasionando em muitos trabalhado res(as) o medo e a insegurança de não manter a vaga de trabalho, perpassando pela intensificação do trabalho e até pela aceitação de execução de atribuições que não são condizentes com a profissão. (2022, p. 05)

Como podem-se evidenciar, as condições sob as quais o trabalho dos/assistentes sociais realiza-se, são marcadas pela precarização que tem como facetas a flexibilização, a terceirização e a intensificação da exploração.

Cabe interrogar, agora, quais os rebatimentos dessas condições de trabalho no processo de supervisão acadêmica e de campo dos/ estagiários/as.

3. Rebatimentos da precarização das condições de trabalho no planejamento e na operacionalização da supervisão de estágio

A supervisão de estágio em Serviço Social, enquanto processo, é uma atribuição privativa que materializa-se nos campos ocupacionais por um/a assistente social que assume a orientação, acompanhamento e avaliação do/a estagiário a partir de um contrato de estágio com demarcação de tempo e espaço. Essa função no campo é denominada supervisão de campo. No Serviço Social, as normativas preconizam que o/a estagiário também precisa ser acompanhado, orientado e avaliado por uma/docente com formação específica em Serviço Social, o qual desempenhará a supervisão acadêmica na instituição de ensino.

Cabe aqui, a partir do estudo dos textos identificados na revisão de literatura realizada nesta pesquisa, apresentar os rebatimentos que as condições de trabalho e a precarização provocam no planejamento e na operacionalização da supervisão de estágio.

Ressalta-se que a precarização das condições de trabalho dos/as supervisores/as assume uma particularidade, a saber: ao serem afetados/as pelas contínuas e mais intensificadas formas de exploração, de insegurança e exaustão, essas também são vivenciadas pelos/as estagiários/as que estão sob sua supervisão: não através de uma relação contratual de trabalho, mas enquanto sujeitos em formação, através de uma relação pedagógica.

Tem-se afirmado que as condições de trabalho trazem rebatimentos diretos na organização e operacionalização da supervisão de estágio.

Para os supervisores de campo, a precarização das condições de trabalho se expressa via contratos precários, carga horária reduzida – obrigando o profissional ter mais de um emprego, aumento de demandas trazidas pelos usuários, desmonte de políticas de proteção



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

social, com redução de recursos financeiros para o atendimento da população, e acúmulo de rotinas burocráticas (SANTOS; GOMES; LOPES, 2016). Essas situações contribuem para a ausência da problematização sobre os planos, as atividades do serviço e as realizadas junto aos estagiários no exercício da supervisão sistemática, bem como da inserção em atividades de educação permanente. (A05.)

Tendo em vista que as mediações do trabalho assalariado do assistente social perpassam o contexto do sistema capitalista, é necessário que o supervisor e estagiário identifiquem que a crise do capital, as políticas reducionistas do Estado, os achatamentos salariais e o retrocesso do pensamento conservador são elementos que impactam diretamente na formação e exercício profissional. (CAPUTI, 2016) Apreende-se que os espaços de trabalho dos assistentes sociais, em sentido geral, têm sido marcados por “baixos salários, condições e relações de trabalho lastimáveis, desmotivando-o, e reduzindo a sua já relativa autonomia. Ademais, as políticas e os direitos por elas assegurados são focalizados, reduzidos, seletivizados aos casos mais agudos.”(PEREIRA, 2016, p.366). Assim, inferimos que existem rebatimentos diretos ao estágio nesse sentido, primordialmente quando “os assistentes sociais de campo são confrontados com uma realidade de trabalho precária, marcada pela rotatividade, contratos temporários, terceirizados, subempregados, comprometendo a supervisão.” (PEREIRA, 2016, p.366). (A08)

Quanto às condições e à forma como desenvolvem o seu trabalho cotidianamente, as Supervisoras de Campo, sujeitos da pesquisa, revelaram majoritariamente que a demanda de trabalho é demasiada, o que dificulta o andamento da supervisão de maneira qualitativamente adequada. (A34)

Contudo, como pode ser percebido, as demandas e exigências ao seu trabalho acabam por interferir no processo de acompanhamento e supervisão desse sujeito. (A34)

De fato, observa-se que as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho incidem na questão do tempo, dos prazos, dos horários, das datas e das oportunidades. Exigem do(a) assistente social, em seus diversos locais de trabalho, dar conta das demandas que se mostram em excesso no cotidiano de trabalho, situação que também torna desafiante a supervisão e acompanhamento do(a) discente-estagiário(a). (A34)

O trabalho do(a) assistente social, bem como o processo de estágio supervisionado, e com ele a supervisão, quando desenvolvidos sob a lógica neoliberal, baseados nas inflexões geradas pela reestruturação produtiva, imprime, muitas vezes, a estas atividades, tal como o acompanhamento do(a) discente-estagiário(a), formas consideradas burocráticas, distanciadas do que deveria se dar de forma pedagógica, distantes de uma análise crítica dos desafios conjunturais que se fazem presentes na realidade de trabalho do(a) assistente social supervisor(a) acadêmico e de campo.(A34)

Os rebatimentos da supervisão são inúmeros. As consequências da precarização das condições de trabalho dos/as supervisores/as de campo manifestam-se na condução dessa atribuição privativa, na falta de tempo para o acompanhamento e orientação do/a estagiário, na prevalência da delegação de atividades burocráticas e rotineiras para o/a estagiário/a realizar, na rotatividade de profissionais que prejudica o acompanhamento sistemático e processual do/a estagiário/a. Tais questões colocam em xeque o potencial pedagógico e político da supervisão e a condição de sujeito em formação do/a estagiário/a, que, muitas vezes, é massacrado pela dinâmica institucional, realizando ações como ajudante/apoio do/a profissional ou, em algumas situações,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atuando em substituição do/a mesmo/a, na ausência de reposição do quadro funcional da instituição.

Em relação ao planejamento da supervisão, ressalta-se que as condições precárias de trabalho dos/as supervisores/as de campo trazem dificuldades para se refletir sobre a necessidade de planejar tal atribuição privativa.

Para os supervisores de campo, a precarização das condições de trabalho se expressa via contratos precários, carga horária reduzida – obrigando o profissional ter mais de um emprego, aumento de demandas trazidas pelos usuários, desmonte de políticas de proteção social, com redução de recursos financeiros para o atendimento da população, e acúmulo de rotinas burocráticas (SANTOS; GOMES; LOPES, 2016).

Quanto ao planejamento das atividades de supervisão, diante de tudo que aqui foi colocado, e do que mais foi relatado pelas supervisoras de campo, especificamente, não existe momento definido para realizar momentos de reflexão sobre a realidade de trabalho junto aos/às discentes estagiárias, o que pode ser compreendido pela forma como está sendo reproduzido o trabalho profissional diante de uma lógica que faz com que os locais de trabalho contem com o mínimo de profissionais, com o mínimo de condições estruturais para a execução do trabalho, mas que, em contraponto, solicita que esses(as) trabalhadores(as) deem conta de um número excessivo de demandas. Isso revela o sentido da palavra espaço contraditório, em uma perspectiva gramsciana. Mas, ao mesmo tempo, não se pode desprezar, no processo de formação profissional, a importância do(a) estagiário(a) vivenciar na sua dureza a própria realidade socioinstitucional que o espera no mercado de trabalho. Para isso existe a supervisão de campo e docente, para refletir e preparar, na reflexão dialética da relação teoria-prática, o(a) futuro(a) profissional. (A34)

Tal dificuldade não se expressa somente na ausência de certa regularidade no planejamento da supervisão de campo, mas também de outras competências profissionais e atribuições privativas que são desenvolvidas no cotidiano profissional, devido também, mas não só, ao fato de que o Serviço Social não tem conseguido forjar uma cultura do registro, da documentação, da sistematização de seu exercício profissional ao longo de sua trajetória sócio-histórica.

Almeida (2006) adverte para a questão de que o potencial investigativo do trabalho do/a assistente social tem sido pouco explorado e dentre outras razões está a ausência de tratamento analítico de dados e informações coletadas no cotidiano profissional, que passam despercebidas pela não-cultura da sistematização. Tal ponto tem comparecido na ausência do planejamento da supervisão de campo quando identifica-se, por exemplo, mesmo havendo exigência prevista nas normativas da profissão, do plano de trabalho profissional.

Essas situações contribuem para a ausência da problematização sobre os planos, as atividades do serviço e as realizadas junto aos estagiários no exercício da supervisão sistemática, bem como da inserção em atividades de educação permanente. Ao responder às demandas do processo de supervisão (como reuniões acadêmicas na unidade de ensino,

horário para a supervisão, leituras e organização de documentação), o supervisor de campo pode extrapolar a carga horária do trabalho, tendo em vista que essa atribuição não é reconhecida institucionalmente como trabalho, já que não se destinam horas para isso (LEWGOY, 2010). (A05)

A supervisão de campo, quando não planejada e incorporada ao plano de trabalho profissional, deixa de ter visibilidade e importância, inclusive pela própria instituição, que reconhece que o exercício profissional do/a assistente social se dê na presença do usuário. Dessa forma, a maneira de aparecer e concretizar-se da supervisão de campo, é na sobrecarga de trabalho, pois sempre há falta de tempo para tal atribuição, quando, concretamente, a falta de tempo é para todas as demais ações profissionais que são desenvolvidas.

As demandas cotidianas só tem avolumado-se e as requisições profissionais têm se configurado em respostas imediatas, fragmentadas e parcializadas, com poucas condições para que o/a assistente social transcenda à superficialidade da compreensão das expressões da “questão social”.

A falta de um planejamento da supervisão de campo, aliada às precárias condições de trabalho dos/as profissionais, será o solo de desenvolvimento da experiência de estágio dos/as estagiários/as, sendo que eles, ao vivenciarem as situações concretas, construirão a imagem da profissão. Sem uma supervisão qualificada, há menos chances de uma formação problematizadora da realidade social e profissional.

Por que o planejamento da supervisão de campo é relevante? Portes (2023) responde essa questão ao afirmar

Para se reconhecer a complexidade dessa atribuição e compreender que não se trata de momentos ou atividades isoladas e desconectadas, para se afirmar e buscar garantir a processualidade das atividades que serão propostas apresentando uma lógica, um sentido àquilo que está sendo proposto à estagiária ou estagiário, para superar a concepção de supervisão como atribuição de tarefa, como adestramento, treino, imitação de modelos, para que a supervisão seja reconhecida e incorporada no plano de trabalho profissional e não ocorra como sobrecarga. (2023, p. 292)

Longe de imprimir ao texto uma lógica messiânica de que o planejamento da supervisão de campo será redentora dos problemas da formação qualificada dos/as assistentes sociais, o que pretende-se preconizar é que, diante de uma condição precarizada de trabalho a que os/as profissionais têm sido submetidos/as cotidianamente, o processo de supervisão planejado, com diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos e a problematização do trabalho profissional e da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

configuração da política social, pode ter mais potencialidade para criar formas/ações coletivas de resistência.

A supervisão acadêmica também deve ser planejada, mas a natureza da atividade docente e as exigências do campo educacional tornam-se mais propícios para essa atividade. O/a docente precisa elaborar um programa de disciplina, tem carga horária (ou deveria ter), seja no formato de disciplina ou outro componente curricular, para realizar os encontros grupais e individuais e ainda precisa registrar e documentar todo esse processo.

No entanto, se por um lado, tais situações são vislumbradas, por outro as condições precárias de trabalho também atingem o trabalho docente, e particularmente, a supervisão acadêmica.

Os trechos abaixo indicam algumas expressões desses rebatimentos:

Quanto ao supervisor acadêmico, Pereira (2016) sustenta que os tensionamentos resultantes das relações de trabalho também atingem professores de instituições públicas, que convivem com condições precárias, como: Não fornecimento de meios adequados para a realização da supervisão e, principalmente, da interlocução com o supervisor de campo. [...] Destacam-se como entraves: a falta de estrutura nas salas de aula, o acúmulo de disciplinas que sobrecarregam o professor, a falta de um transporte para levar o supervisor acadêmico até a instituição campo de estágio. (A08)

Outra questão problemática é a falta de institucionalização de instrumentos de acompanhamento dos estágios não obrigatórios, deixando os discentes vulneráveis ao exercício de funções incompatíveis com sua condição discente. (PEREIRA, 2016, p.367) Esse quadro se agudiza quando o professor é substituído em instituições públicas, devido à falta de realização de concursos públicos para professores efetivos. Nesse caso, os profissionais são contratados através de processos seletivos, a remuneração é mais baixa e eles não possuem estabilidade na função, subtraindo sua autonomia relativa. O término dos contratos implica também no rompimento da supervisão, quebrando o vínculo construído e trazendo consequências ao discente. (A08)

A falta de tempo para se dedicar às atividades, leva a uma defasagem no processo de supervisão. Esse tempo vai além das atividades de campo e sala de aula. Na condição de supervisor acadêmico, o docente tem outras atribuições, como o deslocamento aos campos de estágio, debate de situações específicas com os supervisores de campo ou com alunos estagiários, a leitura das documentações produzidas sistematicamente pelos estagiários (como diários, relatórios, projeto de intervenção) e atividades não computadas na carga horária docente. (A05)

O trabalho docente é desenvolvido mediatizado pela política educacional do ensino superior que, assim como as demais políticas sociais, é afetada pelas alterações ocasionadas desde a reestruturação produtiva. No caso do ensino superior brasileiro, há décadas, vem confirmado-se seu perfil eadista e privatista, constituindo-se em uma resposta do Estado burguês às demandas postas pelas contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A universidade pública também tem sido ameaçada pela lógica mercantil impregnada e consolidada na educação, pois, dentre outras questões, os trabalhadores/as da educação têm vivenciado situações aviltantes de exploração da sua força de trabalho e de desproteção social.

Portes e Colmán (2019) detalham essa tendência privatizante e apontam os rumos da universidade pública, particularmente, no estado paranaense.

Em síntese, muda a natureza da universidade pública, coloca o financiamento sob a tutela das empresas que os professores e a burocracia deverão sair caçando, e transforma também a condição do docente que se torna um empreendedor em busca de sucesso individual. (2019, p.10)

Qual a relação entre esses dados e o rebatimento da precarização das condições de trabalho dos/as supervisores/as acadêmicos/as no processo de planejamento e organização da supervisão?

A ausência de reposição de docentes nas universidades públicas tem levado, cada vez mais, a um aumento dos contratos temporários, ocasionando uma grande rotatividade de profissionais. São contratos com tempo determinado, podendo ou não serem renovados, gerando um cenário de insegurança e precarização.

Os/as docentes que assumem, no Serviço Social, a disciplina que refere-se ao acompanhamento do estágio supervisionado, conforme evidenciado nos trechos destacados nos artigos localizados, trabalham com muita sobrecarga, porque tal disciplina exige o exercício da supervisão acadêmica, a qual pressupõe um conjunto de atribuições e atividades a serem cumpridas, tais como: condução da disciplina, supervisões individuais e/ou grupais, orientações e correções das documentações produzidas pelos/as estagiárias, visitas aos campo de estágio, diálogos com os/as supervisores de campo, organizações de fóruns de supervisão, entre outras. São atividades e atribuições que, nem sempre, são computadas na carga horária do/a docente. Essa condição precariza-se ainda mais quando trata-se de supervisor/a acadêmico/a com contrato temporário, que tem sua carga horária, majoritariamente, centrada no ensino. A supervisão acadêmica pode ser interrompida ao longo do período letivo, colocando em questão a continuidade pelo/a mesmo/a docente o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo/a estagiário/a no campo de estágio.

É importante destacar, ainda, que para além da carga horária destinada à supervisão acadêmica, o/a docente pode acumular outras disciplinas que também exigem planejamento e

atribuições acadêmicas. A supervisão acadêmica, dessa forma, acaba resumindo-se em uma tarefa burocrática, com pouco potencial pedagógico e reflexivo. Diante das demandas que acumulam-se no cotidiano docente, em um contexto de flexibilização dos direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e do produtivismo, a supervisão acadêmica também é capturada pela lógica mercantil e tarefa, esvaziando seu conteúdo teórico, político e pedagógico, ao transformar-se numa atividade rotineira, na qual predomina a cobrança de tarefas, o cumprimento de carga horária, a contação de casos e o pouco espaço para a problematização teórico-prática.

4. Considerações Finais

A revisão de literatura evidenciou que o processo de supervisão de estágio em Serviço Social, seja de campo ou acadêmica, precisa ser pensada e problematizada à luz de um referencial teórico que permita identificar as contradições do tempo presente: tempo de um capitalismo cada vez mais perverso e destrutivo, que vem provocando mudanças no mundo do trabalho, as quais precarizam ainda mais as condições da classe trabalhadora assalariada. São tempos de superexploração e intensificação da jornada de trabalho que afetam também os/as assistentes sociais que trabalham exercendo a supervisão de estágio. A supervisão de campo e acadêmica são desenvolvidas em campos ocupacionais que configuram-se em terrenos de disputa e tensionamentos pelo capital, onde se interpõem demandas profissionais, que pela natureza do trabalho profissional, trazem situações complexas, ficando os/as profissionais expostos/as ao sofrimento, à dor, ao desalento, à impotência, ao desfinanciamento das políticas sociais e ao acirramento das expressões da questão social.

Os/as supervisores/as de campo e acadêmicos/as têm vivenciado, cotidianamente, condições de trabalho precarizadas, flexíveis, adoecedoras, exaustivas e inseguras que rebatem, diretamente, na organização e operacionalização do processo de supervisão de estágio.

A supervisão vem ocorrendo, nessa perspectiva, de forma rotineira, tarefa e burocrática, esvaziada de seu conteúdo teórico, político e pedagógico, sem, muitas vezes, ser planejada.

Não se trata de idealizar uma supervisão de estágio, mas problematizá-la para que possam ser construídas novas estratégias para sua condução para que, de fato, ela configure-se como um processo de acompanhamento, orientação e avaliação do/da estagiário/a, dotando-a de referencial teórico. E um percurso importante é não lançar mão de analisá-la no tempo e no espaço da superexploração, da precarização, da intensificação da força de trabalho, da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

flexibilização das condições e relações de trabalho, pois trata-se de uma atribuição, assim como outras, que compõem o conjunto de ações profissionais desenvolvidas pelos/as assistentes sociais, mediatizados pelo contrato de trabalho assalariado.

5. Referências

ALMEIDA, N. L. T. de. Retomando a temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

CORRÊA, L. D.; REIDEL, T. PERFIL, CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS GAÚCHOS(AS). In: Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 136-154, jan./jun. 2021. |

DRUCK, G. TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios? In: Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

DRUCK, G; FRANCO, T. A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

HILLESCHHEIM, J Estágio Profissional e Condições de trabalho. In: Temporalis, Brasília (DF) ano 16, n. 32, julh-dez. 2016.

KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. RBCS, (24) 69, p.21-30. 2009.

LINS, M. A. T. A flexibilização das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo e suas repercussões no serviço público brasileiro. In: PRESES, R.; LINS, M.A. T. Assistente Social Trabalhador/a Assalariado/a: fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica.

MANFROI, V. Relatório final da pesquisa As condições de trabalho dos(as) assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais. Florianópolis, 2021.

PIALARISSI, R. Precarização do trabalho. In: Revista de Administração em Saúde. São Paulo, 2017.

PORTES, M. F. A supervisão de estágio no trabalho de assistentes sociais: elementos para sua operacionalização. In: HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F.; A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais. Belo Horizonte, CRESS, 2023.